

## Integração social e exclusão social: algumas questões\*\*

Num encontro recente de sociólogos, que se realizou em Vila do Conde, discutia-se a certa altura o alcance e a utilidade da noção, cada vez mais utilizada, de qualidade de vida. E um especialista de outra área de conhecimento argumentava no sentido de que a infinita variedade subjectiva das necessidades, dos desejos e das opções a respeito do modo como as pessoas vivem ou gostariam de viver torna inoperacional e, finalmente, inutilizável essa noção. O que é qualidade de vida para uns é indesejável para outros. Qualquer tentativa de a definir, quer no plano do conhecimento, quer no plano da intervenção, estaria, assim, maculada por uma normatividade arbitrária.

Talvez valha a pena discutir um pouco em torno desta perspectiva, que põe simultaneamente um problema de nível de análise e um problema de normatividade e intervenção.

Aquilo de que a sociologia se pode ocupar é das condições sociais que permitem, em maior ou menor grau, isso a que se chama qualidade de vida. Não escolhe, nem tem de escolher, entre a lagosta suada e o *hamburger*; essas são certamente, nos não muito frequentes casos em que podem sê-lo, escolhas individuais dos cidadãos.

A normatividade que sempre se introduz naquilo que as ciências sociais fazem exprimir-se-á aqui em admitir que para um dado estado de coisas social importa maximizar a latitude de opções para o maior número possível de indivíduos. O objectivo de estudo será então a gama de oportunidades, os limiares ou patamares em que se podem manifestar e diferenciar as escolhas individuais, em conexão com as condições sociais que contribuem para definir esses patamares.

O exemplo enunciado parece servir, a mais do que um título, para enquadrar algumas questões globais referentes à exclusão social.

Talvez convenha começar por perguntar o que é a não exclusão, o que é a inclusão, a integração social.

---

\* Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).

\*\* Uma primeira reflexão sobre o tema foi oralmente apresentada em Maio de 1983 no painel «Portugal no final do século — problemas da sociedade, problemas da sociologia», nas jornadas da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra sobre «a economia e a sociedade na viragem do século».

Simplificando muito as coisas, pode afirmar-se que, do lugar dos integrados, os excluídos tendem, historicamente, a ser avaliados com medo, com pena, ou com uma combinação dos dois sentimentos. Mais raramente se poderá falar de solidariedade.

O medo das «classes perigosas» terá tido, uma ou outra vez, justificação nos acontecimentos reais, muito embora possa surpreender que a norma talvez seja a da resignação, da passividade, do sentimento de impotência de muitos dos «condenados da Terra».

A piedade activa, por seu turno, certamente contribui para amenizar algumas situações desesperadas, mas não será difícil concordar-se em que não resolve, nem pode resolver, problemas globais de privação e de pobreza.

Por último, a solidariedade institucional e anónima, teorizada modernamente desde a Revolução Francesa, ganhou efectividade entre o segundo pós-guerra e o começo dos anos 80, através dos diversos dispositivos do Estado-Providência onde ele pôde florescer. A situação actual é, no entanto, de algum esgotamento e de bastantes perplexidades sobre o futuro.

As ciências sociais nasceram a analisar a pobreza e a exclusão. Mesmo só no campo sociológico, basta lembrar Durkheim e o conceito de anomia, os trabalhos da escola de Chicago e a noção de desorganização social, as tipologias propostas por Merton, ou as dimensões simbólicas de estigmatização enunciadas por Goffman, para se ver que a preocupação analítica com a desigualdade social, os seus mecanismos e os seus efeitos não só é transversal às várias correntes teóricas, como nunca abandona o percurso da sociologia desde o século passado.

A variedade de avaliações e diagnósticos constitui, portanto, a regra, incluindo-se nessa variedade as perspectivas que o pensamento marxista sintetizou, propondo soluções à desigualdade enraizadas na iniciativa das classes e dos sectores dominados. Mas importa não esquecer que há também toda a tradição sociológica que, a partir da noção de marginalidade social, condescendeu num conjunto de excessos normativos definidores da integração. Assim se condenava às trevas exteriores um conjunto simultaneamente amplo e heterogéneo de comportamentos, e portanto de pessoas, ditas desviantes. E estará aqui, provavelmente, a transcrição mais directa para o campo sociológico do sentimento de ameaça e medo que muitos partilham em relação ao que é exterior e ao que é diferente.

Importa salientar, em todo o caso, que nas nossas sociedades a integração não é pensável como uma homogeneidade restritivamente decretada, como uma autodefinição grupal. Nem mesmo, já num sentido mais amplo, como o conjunto de representações, valores e comportamentos que uma dada cultura avalia de forma positiva.

A este nível julgo que a integração é antes definível como pluralidade vasta, aberta e mutável de estilos de vida, todos partilhando a cidadania. Isto é, todos eles conservando, aprofundando e exprimindo capacidades de escolha.

Trata-se não apenas da posse de competências virtuais ligadas à vida social, mas do efectivo uso delas.

Nem todas as renúncias à prática de certas competências, a certas opções e comportamentos tidos por desejáveis comprometem, porém, a cidadania e caracterizam a exclusão.

Um bom exemplo ilustrativo deste problema é o da participação política e, mais restritamente, o da participação eleitoral.

Há quem se preocupe com a tendência, aparente em Portugal, para o aumento progressivo do abstencionismo. Há quem, pelo contrário, considere esse aumento normal e até desejável, sintoma quer da convergência com outros países democráticos, quer de uma delegação alargada e confortável em governações satisfatórias e num regime estabilizado. Mas a boa pergunta sociológica dirige-se a tentar saber quem se abstém e porquê. Ora, em Portugal, como noutros países europeus, a evidência empírica parece ir no sentido de que a maioria dos que se abstém pertence, justamente, a categorias sociais com menor capital económico, cultural e escolar, são os menos bem inseridos nas suas comunidades locais, estão, em suma, entre os que acumulam diversos tipos de desvantagens sociais. As eleições, as escolhas políticas, não são com eles, como não é com eles nenhum protagonismo social significativo. A delegação em quem governa não corresponde a conformismo satisfeito, é antes alheamento e impotência, ou seja, é sintoma de uma forma de exclusão e auto-exclusão.

Qual será então o critério que permite distinguir, a partir de certos comportamentos que não fazem uso de competências socialmente desejáveis, se se trata de exclusão social? Do meu ponto de vista, o critério essencial será o da reversibilidade desses comportamentos, isto é, o de saber se existe a capacidade de agir diferentemente no futuro, se se conserva capacidade real de opção.

Por muito cuidado que se ponha na tentativa de distinguir quais são os excluídos, por muito boas intenções que haja em apoiá-los, não se pode esquecer que do outro lado está a definição, tantas vezes oculta e censurada, de quem são os incluídos, os integrados. Entre os problemas delicados que a exclusão coloca está certamente a tentação tecnocrática e homogeneizante da normalização. Ninguém ignora que a capacidade de impor classificações, qualificações, constitui, ela própria, um poder muito desigualmente distribuído, ao mesmo tempo que dotado de grande relevância social. E mais ainda quando se trata do lugar a partir do qual se escolhem os que podem ser subsidiados, ajudados, assistenciados.

A temática da exclusão social voltou hoje ao primeiro plano das preocupações explícitas e das agendas políticas. Terá contribuído para isso o fundado desencanto com diagnósticos e medidas que se julgou poderem diminuir o fosso entre países ricos e pobres, mas contribuiu certamente ainda mais a crescente dificuldade que os países desenvolvidos experimentam para enfrentarem os problemas dos respectivos «terceiros mundos interiores».

Se há noção que se tenha difundido e banalizado a respeito da exclusão é a de que esta só pode ser analisada desdobrando perspectivas susceptíveis de

captarem a multidimensionalidade do fenómeno. Na prática, porém, surgem análises que insistem em apenas algumas das dimensões, privilegiando, do mesmo passo, o tipo de soluções mais ligadas às ênfases do diagnóstico.

Exemplo é a focagem específica em razões da ordem do simbólico e do político como geradoras da exclusão. Crise de valores e crise das instituições essenciais de enquadramento — como a Igreja, a escola, os partidos — somariam efeitos de fragmentação e pulverização das nossas sociedades. Desarmadas dos seus antigos cimentos institucionais e morais, elas estariam impotentes para evitarem fracturas e exclusões. As soluções haveriam de ser procuradas na definição de novas políticas educativas, urbanas, do desporto, de modo a encontrar instrumentos de assimilação e integração. Talvez se manifeste nesta perspectiva, sem prejuízo do bom fundamento de alguns dos seus diagnósticos, a maior dose de etnocentrismo, a maior incapacidade de ver a exclusão de uma forma diferente da descontinuidade essencialista entre um dentro e um fora, entre um nós e um eles.

Análises em geral menos normativas são as que focam particularmente os contextos locais na sua especificidade e na sua diversidade. Neste caso, salientam-se sobretudo as questões ligadas à reconstrução ou à redinamização de sociabilidades e de identidades locais. Desenvolvendo-se redes associativas, solidariedades, capacidades de iniciativa, estar-se-ia a contribuir para forjar instrumentos eficazes contra a exclusão.

Por relevantes que sejam, e de facto são, estes e outros aspectos da exclusão social, é também claro que a pobreza propriamente dita — a escassez de recursos económicos cuja acessibilidade corresponde ao padrão normal numa sociedade dada — constitui a dimensão mais importante, até pelos efeitos negativos de contágio que tende a produzir sobre todos os outros recursos.

À crise do emprego costuma atribuir-se o papel principal na geração e na reprodução da pobreza. E pouco optimismo parece possível a respeito dessa questão durante o resto da década, pelo que os variados remédios que se sugerem são mais para tentar debelar do que para curar a doença: redistribuição do trabalho, prolongamento da escolaridade, sistemas de pré-reforma, contenção da imigração, complementos subvencionados aos salários.

Ninguém julga, de qualquer modo, que possam ser encontradas soluções puramente económicas. Os já mencionados insucessos relativos, quer de diagnóstico, quer de medidas correctivas, têm levado, desde os anos 80, a tentativas de reconstrução da economia do desenvolvimento. E parece cada vez mais indispensável ponderar o «ambiente», o «envolvimento» das variáveis económicas, em perspectivas pluridisciplinares. Isso passa pela análise do papel das instituições — das suas heranças, das suas lógicas, dos seus funcionamentos —, pela análise das relações sociais e dos processos simbólico-culturais, pela prospecção de protagonismos novos ou virtuais que se deixem entrever na sociedade.

Em Portugal só será possível obter informação satisfatória sobre as formas de exclusão por referência às suas dimensões económica, política, geográfica,

afectiva, cultural, a benefício de um longo e diversificado programa cumulativo de pesquisa.

Com ambição muito mais modesta, e na sequência de outros trabalhos já desenvolvidos no nosso país, integrei uma equipa que procurou responder à encomenda da Comissão das Comunidades Europeias no sentido de fornecer o mapeamento das questões da pobreza e da exclusão <sup>1</sup>.

Julgo haver três aspectos desse trabalho que, sem, como é óbvio, constituírem agenda exclusiva para este tipo de estudo, merecem no futuro prolongamentos e aprofundamentos.

Um deles diz respeito ao esforço de espacializar, de identificar indicadores de distribuição, no território, da vulnerabilidade à pobreza. Vale a pena lembrar que a vulnerabilidade não é só a probabilidade objectiva de percursos de empobrecimento. Ela é também, com alguma frequência, a aprendizagem da desqualificação social e, por vezes, a habituação inicial à estigmatização e à inferiorização, à perda de dignidade e de estatuto. Isto quer dizer que, embora seja certo que a pobreza objectiva e a subjectiva nem sempre se articulam, a mera situação de vulnerabilidade já tende a reagir sobre representações e comportamentos e a ter, por vezes, efeitos de conformismo e confirmação.

O esforço de espacialização que foi possível fazer traduziu-se na construção de um índice em que se tiveram em conta os pesos concelhios de algumas categorias populacionais globalmente vulneráveis, por referência aos 305 concelhos do país. São indicadores não exaustivos nem mutuamente exclusivos, os quais resultam num índice de vulnerabilidade que, nem por ser relativamente grosseiro, deixa de se revelar consistente com outras informações de desvitalização de certas regiões do país. Trata-se de uma linha de pesquisa cujo aprofundamento e actualização parecem ter clara utilidade.

Um segundo aspecto teve a ver com a identificação das categorias sociais mais evidentemente atingidas ou ameaçadas pela pobreza. Idosos pensionistas, agricultores de baixos rendimentos, assalariados com remuneração próxima do mínimo nacional, trabalhadores precários e da economia informal, algumas minorias étnicas, desempregados, jovens de baixa qualificação à procura do primeiro emprego, estão, sem dúvida, entre tais categorias. Outras existem, naturalmente, embora com menor expressão numérica, como é o caso de algumas famílias monoparentais, ou situações cujo peso é fortemente condicionado pelas conjunturas, como acontece com os trabalhadores tendo salários em atraso.

Este mero enunciado mostra já que a regra é a da heterogeneidade das situações de exclusão, recuperáveis umas, inelutáveis no curto prazo outras, criadoras de rupturas de identidade por perda de laços e sociabilidades comunitárias algumas, deslizantes e conformadas outras ainda.

---

<sup>1</sup> Apresentado primeiro como relatório policopiado, *Facteurs et types de pauvreté au Portugal* (1989), o trabalho apareceu depois sob a forma de livro: João Ferreira de Almeida, Luís Capucha, António Firmino da Costa, Fernando Luís Machado, Isabel Nicolau, Elisabeth Reis, *Exclusão Social — Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Celta Editora, Oeiras, 1992.

Para essa heterogeneidade contribui ainda o carácter transversal da exclusão. Tudo se passa, na verdade, como se todas as classes sociais, mesmo aquelas que parecem estar razoavelmente defendidas, pudessem ser afectadas por alguma ou algumas dimensões de exclusão. Lembre-se, a este propósito, a incidência da chamada nova pobreza. Lembrem-se, igualmente, casos de mobilidade descendente de certa dimensão que atingem não apenas sectores das classes médias, como mesmo sectores empresariais fragilizados, por exemplo, pela degradação sectorial ou regional dos respectivos ramos de actividade. Vale a pena salientar, de qualquer modo, que todos os casos mencionados se reportam a categorias sociais, não a grupos. É que, independentemente da extensão e gravidade de cada uma das situações mencionadas, não se verificam aqui, por regra, sentimentos de pertença, auto-reconhecimentos colectivos e identitários que definem os grupos sociais e que lhes permitem a eventual concertação de estratégias.

A consciência da heterogeneidade, quer das formas e dimensões da exclusão, quer da sua incidência social, quer ainda dos seus efeitos, obriga a convocar um último aspecto que constitui pré-condição da própria eficiência das políticas de combate à pobreza. Se cada situação é em si mesma uma realidade multi-dimensional e específica, parece então justificar-se o esforço para encontrar padrões, configurações mais gerais, capazes de dar conta da diversidade.

No trabalho anteriormente mencionado, o que se procurou fazer foi construir uma tipologia de modos de vida, tomando este conceito em sentido amplo, inclusivo de constrangimentos, de recursos, de representações, de estratégias e de comportamentos estruturados. Além das categorias sociais identificadas como vulneráveis, a tipologia reteve um conjunto de variáveis: a localização no espaço dessas categorias, com referência aos graus da sua visibilidade e da sua continuidade com o meio envolvente; os bens e os modos de consumo; certas representações prevaletentes sobre a sociedade e as posições sociais; as relações com a temporalidade, envolvendo trajectos pessoais e de grupo, bem como perspectivas sobre o futuro; as principais estratégias de vida.

A tipologia acabou por reter sete categorias, que ficaram designadas por destituição, restrição, dupla referência, poupança, convivialidade, investimento na mobilidade e transitoriedade.

Trata-se aqui de um primeiro esforço para encontrar coerências internas a cada espaço de atributos, que não pode, obviamente, ter pretensões de exaustividade ou de rigor. Mas a ambição que lhe falta como resultado existe, em contrapartida, como tentativa de enquadramento e guia para novas e indispensáveis pesquisas.